

Controlador de voo admite “buraco negro”

Em depoimentos na CPI do Apagão Aéreo, representantes dos controladores militares e civis reconhecem dificuldades do setor

O presidente da associação de controladores, primeiro-sargento Wellington Rodrigues, sugeriu a desmilitarização da carreira e admitiu a existência de “buracos negros” no espaço aéreo. Ele ainda confirmou que dois aviões quase se chocaram próximo a Brasília. O presidente do sindicato, Jorge Carlos Botelho, também defendeu a desmilitarização. Para Demostenes Torres, houve falha humana no acidente com o Boeing da Gol.

Página 3



Antonio Carlos Magalhães (E), Sérgio Guerra e Romeu Tuma participam dos trabalhos da CPI. Wellington Rodrigues (D) depõe, ao lado de Casagrande, Viana e Demostenes

Meirelles defende câmbio e diz que dólar cai em todo o mundo

Presidente do BC reconhece problemas dos exportadores, mas diz que governo vai manter regime de livre flutuação da moeda estrangeira. **Página 7**



Meirelles (E) fala na Comissão de Orçamento, presidida por José Maranhão

Virgílio questiona PF, defendida por Ideli

Com apoio de 15 senadores, o líder do PSDB, Arthur Virgílio, questionou a isenção da Polícia Federal na Operação Navalha. A líder do PT, Ideli Salvatti, defendeu a ação dos policiais. **Página 4**

Ajuda para 3 mil com hanseníase

Cerca de 3 mil portadores de hanseníase submetidos a isolamento compulsório até dezembro de 1976 vão receber pensão de R\$ 750, conforme medida provisória assinada ontem. **Página 6**



Excesso de leis gera incerteza e prejudica Justiça, afirma Renan

Ao abrir seminário sobre Direito e Economia, presidente do Senado diz que o Brasil vive num verdadeiro cipoal de normas legais. **Página 6**



Renan anuncia em seminário programa de qualidade do processo legislativo

Em audiência pública na CDR, Márcio Fortes diz que não se opõe à proposta de ampliação do prazo para a apresentação do plano diretor e defende emendas individuais de parlamentares

Sem estrutura, Ministério das Cidades quer fazer concursos

O ministro das Cidades, Márcio Fortes, defendeu o fortalecimento do Ministério das Cidades, a começar pela contratação de engenheiros e técnicos, por concurso público, e a destinação de mais recursos para a pasta. Segundo ele, a pequena estrutura do ministério vem prejudicando o cronograma de trabalho.

Ontem, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Fortes opinou pela manutenção das emendas individuais de parlamentares, feitas anualmente ao Orçamento da União. A seu ver, as emendas atendem diretamente à população, em obras e serviços de pequeno porte.



Márcio Fortes, ao lado de Lúcia Vânia, fala aos senadores na CDR

Sobre o funcionamento da pasta com relação aos critérios de liberação de recursos para as prefeituras, ele disse que o ministério obedece a determinações contidas, principalmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Márcio Fortes afirmou ainda que não há qualquer manifestação do ministério contrária à amplia-

ção do prazo para aprovação dos planos diretores de municípios com mais de 20 mil habitantes ou de áreas metropolitanas, conforme projeto (PLS 93/06) de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

– Se o senhor não tem nada a opor ao projeto, que beneficia mais de mil municípios, por que não luta pela sua aprovação na Câmara ou solicita ao presidente Lula a edição de uma medida provisória prorrogando os prazos? – indagou Flexa Ribeiro.

Em resposta, o ministro observou que as prefeituras não recebem recursos por estarem inadimplentes apenas em relação à aprovação do plano diretor, mas em razão de outras pendências, incluindo as existentes nas áreas tributária e previdenciária.

Mário Couto sugere transformar ilha de Marajó em território federal

A transformação da ilha de Marajó em território federal foi defendida ontem por Mário Couto (PSDB-PA), que pediu o apoio do Senado à mudança. A seu ver, essa é a única forma de enfrentar os problemas de abandono e criminalidade na região.

O senador disse que a pobreza, aliada à falta de escolas e atendimento de saúde, faz com que os próprios pais entreguem

suas filhas, algumas de apenas 11 anos, à prostituição, como forma de sobrevivência familiar. Ele frisou ainda que as autoridades agem com descaso quanto ao problema.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-AP) sugeriu que o projeto sobre a criação do território estabeleça prazo máximo para que a ilha permaneça nessa situação. Magno Malta (PR-ES)



Mário Couto ressalta os problemas de abandono e criminalidade na região

sugeriu a apresentação de projeto para tornar crime inafiançável a exploração sexual.

Malta vê excesso de burocracia e propõe debate sobre adoção

A realização de um dia de debates no Senado sobre a adoção de crianças no país foi sugerida por Magno Malta (PL-ES). Ele fez um apelo a Patrícia Saboya (PSB-CE), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e ex-presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, para viabilizar o evento.

O senador protestou contra a burocracia necessária para se garantir lar, amor e família a uma criança abandonada, lembrando que esse processo pode durar anos. “Um bandido sai mais fácil da cadeia que uma criança do orfanato”, lamentou.

Segundo Malta, o trâmite para adoção de crianças brasileiras por estrangeiros é muito mais rápido e fácil, “mistério que tem de ser decifrado”.

Após esse apelo, o parlamentar registrou que hoje haverá uma passeata em Divinópolis (MG) em prol da adoção. Conforme



Segundo Malta, adoção de brasileiros é mais rápida quando feita por estrangeiros

explicou, crianças da cidade com pai e mãe devem tomar as ruas pedindo clemência pelas outras que ainda esperam por essa oportunidade.

Por último, o senador destacou os eventos a serem realizados em Cachoeiro do Itapemirim (ES), nesta semana, para marcar a inauguração do asfaltamento de trechos ligando o município aos distritos de Santa Fé de Baixo e Santa Fé de Cima e discutir o aparelhamento do Hospital Infantil.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Reportagem especial

A Rádio Senado transmite hoje, às 20h, reportagem sobre a proposta de reforma tributária que será apresentada pelo governo federal ao Congresso este ano. O especial esclarecerá o trabalho realizado pela Subcomissão Temporária de

Reforma Tributária, que está colhendo subsídios para promover uma reforma que concilie os interesses da União, estados e municípios com os dos cidadãos e empresas contribuintes. Reprise no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h.

Plenário retoma votações na próxima semana

A sessão de hoje tem início às 9h. Sem a votação de projetos, ela se destina a debates de senadores e a comunicados da Mesa e das lideranças. As propostas voltam à discussão do Plenário na próxima terça-feira, quando devem ser analisadas medidas provisórias que trancam a pauta.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Gerson Camata, Magno Malta, Inácio Arruda e Pedro Simon

Em depoimentos na CPI do Apagão Aéreo, representantes dos controladores defendem desmilitarização do sistema e reconhecem deficiências

Controlador admite “buraco negro” no espaço aéreo

O presidente da Associação Brasileira de Controladores de Tráfego Aéreo e controlador de voo do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Espaço Aéreo I (Cindacta), primeiro-sargento Wellington Andrade Rodrigues, depôs ontem na CPI do Apagão Aéreo e sugeriu várias vezes a desmilitarização da carreira, além de reconhecer a existência de “buracos negros” no espaço aéreo.

Apesar das dificuldades de trabalho, Wellington não considera que o grande problema do tráfego aéreo no Brasil hoje sejam os controladores, e sim os problemas técnicos. Entre essas questões, apontou a existência de trechos no espaço aéreo nacional com cobertura deficiente pelos radares, chamados popularmente de “buracos negros”.

Embora o trecho onde ocorreu o acidente entre o Boeing da Gol e o jato da ExcelAir tenha tido o problema de falta de cobertura de radar solucionado desde janeiro de 2007, há outros locais no céu brasileiro onde a situação ocorre, entre eles um próximo a Recife e Teresina, disse Wellington.

O controlador admitiu ainda que o sistema de comunicação do controle de voo é falho, assim como o de radar, que algumas vezes cria “pistas falsas”, duplicando aeronaves, o que pode levar o controlador a erro. Além disso, quedas no sistema fazem a tela de controle apagar de repente.

– Há muitas falhas mesmo, muitas deficiências na qualidade da transmissão e recepção.

Carreira

Wellington destacou que existem três tipos diferentes de carreira de controlador – a militar e dois tipos de carreiras civis – e contou que isso traz muitos problemas para a classe. A sugestão dos controladores é a unificação da carreira.

O representante dos controladores militares ressaltou que essa situação no tráfego aéreo – atrasos e cancelamentos de vôos – já existia antes do acidente com o avião da Gol em 29 de setembro de 2006. Afirmou que já em 1996 participou de audiência pública na Câmara dos Deputados, denunciando problemas técnicos no controle de voo nacional. Desde então, os controladores teriam, segundo Wellington Rodrigues, apresentado vários documentos alertando as autoridades.



Wellington (D) presta depoimento na CPI, ao lado dos senadores Renato Casagrande, Tião Viana e Demostenes Torres

Software teria causado choque em Mato Grosso

Em resposta ao relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), Wellington Rodrigues afirmou que o software usado para monitorar os vôos induziu os controladores de Brasília a erro no dia do acidente entre o Boeing da Gol e o jatinho da American ExcelAir, em setembro do ano passado, em Mato Grosso.

Segundo Wellington, o software informou ao controlador que o jatinho estava na altitude prevista no plano de vôo (360 no jargão técnico ou 36 mil pés) e não “na contramão” da aerovia, altitude em que se encontrava na realidade (370, ou seja, 37 mil pés), a mesma altitude do avião da Gol. Além disso, contou que o jatinho passou sobre Brasília no momento de “passagem de serviço” entre dois controladores.

Wellington afirmou que deficiências de comunicação – comuns na região do acidente – impediram o contato entre o jatinho e o centro de controle de voo da capital. Reconheceu que o Cindacta de São José dos Campos (SP), primeiro a ter contato com o jatinho Legacy, que mais tarde viria a se chocar com o Boeing da Gol, passou orientações apenas sobre o trecho até Brasília (orientando o vôo a 37 mil pés) e não o trecho todo, com as necessárias mudanças de altitude. Mas, segundo Wellington, essa situação é aceitável dentro das regras.

O Brasil, destacou o representante dos controladores, tem apenas quatro centros de controle (Cindactas), enquanto os Estados Unidos contam com 22 centros.

Confirmado risco de colisão próximo a Brasília

Ao ser questionado por senadores na CPI, Wellington Rodrigues confirmou que recentemente, próximo a Brasília, dois aviões quase se chocaram.

Wellington não quis dar detalhes sobre os aviões envolvidos, apenas disse que um deles era um Airbus 320. Afirmou que os dois aviões teriam passado entre 100 e 200 pés um do outro, quando a distância mínima tinha que ser de mil pés.

O líder do Democratas, José Agripino (RN), externou preocupação com a possibilidade de pilotos brasileiros serem impedidos de voar em solo americano. Wellington confirmou a Sibá Machado (PT-AC) a ocorrência de atritos verbais entre controladores e pilotos. Sérgio Guerra (PSDB-PE) acredita que os controladores são “vítimas de um processo anárquico”. João Pedro (PT-AM) disse ser necessário “encontrar respostas” para explicar o acidente. Wellington Salgado (PMDB-MG) garantiu que se sente seguro ao voar no Brasil.

O presidente da CPI, Tião Viana (PT-AC), informou que apresentaria requerimento convocando o presidente da Gol, Constantino Júnior, e o superintendente da Infraero de São Paulo, Edgar Brandão Júnior, para tratar de incidente com avião da Gol ocorrido na última quarta-feira.

Demostenes vê falha humana no acidente com Boeing da Gol

O relator da CPI, Demostenes Torres, afirmou que, baseado nas audiências realizadas até agora, fica cada vez mais evidente a ocorrência de falha humana no acidente entre um jato Legacy da ExcelAir e um Boeing da empresa aérea Gol, que matou 154 pessoas. 2

Para o relator há indícios fortes de que tanto os controladores de voo como os pilotos do jato Legacy, Joe Lepore e Jean Paladino, agiram com negligência, contribuindo para a tragédia.

– Não há como negar que houve uma contribuição muito grande dos controladores, especialmente a partir de Brasília, para que [o acidente] ocorresse. É claro que também houve uma falha grave dos pilotos do Legacy, principalmente porque o transponder sumiu do ar, o que leva a crer que ele possa ter sido desligado, ainda que acidentalmente – disse o senador.

Em entrevista à imprensa, após a reunião da comissão, Demostenes considerou fato grave, confirmado pelo presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, Jorge Carlos Botelho, o suposto descumprimento, por oficiais aviadores da Força Aérea Brasileira (FAB), de instruções de posicionamento dadas por controladores de voo.

– Isso é gravíssimo. Se aconteceu, existe norma que prevê a cassação da concessão para que o piloto possa voar. Isso é algo que deve ser observado. Vamos questionar o Comando da Aeronáutica.

Hierarquia militar impede diálogo, diz Jorge Botelho

O presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, Jorge Carlos Botelho, defendeu a desmilitarização do sistema de controle de voo no país. Disse que, devido à rigidez da hierarquia militar, os escalões inferiores não têm liberdade de diálogo para debater problemas do setor como deficiências de formação dos controladores e obsolescência de equipamentos.

Jorge relatou casos de descumprimento de instruções de posicionamento de controladores de vôos por oficiais aviadores da FAB, colocando em risco aeronaves comerciais.

– Os militares precisam treinar, mas a prioridade deve ser os passageiros – afirmou.

Jorge apontou como uma das principais causas de atrasos nos aeroportos brasileiros a utilização intensiva de aviões pelas companhias aéreas, em rotas com escalas excessivas. De acordo com o controlador, as empresas aéreas, que adquirem suas aeronaves pelo sistema de leasing, tentam colocá-las o maior tempo possível no ar, diminuindo, assim, os custos e maximizando os lucros.

– Mas isso tem um custo, que é justamente o atraso. Porque hoje um avião sai do Rio Grande do Sul, passando por Florianópolis e Curitiba, vai para Congonhas, e de Congonhas já tem três ou quatro ramificações, para o Rio, Vitória, etc. Depois sobe para o interior de São Paulo e segue para Brasília. Se numa determinada escala ele sofre atrasos, estes vão se acumulando – disse.

Escalas

Jorge informou que num dos mais movimentados aeroportos do país – Congonhas, em São Paulo – onde ocorrem freqüentes problemas, praticamente todos os vôos, de todas as empresas, fazem escala, contribuindo sobremaneira para o aumento dos atrasos.

Com relação à suposta falta de proficiência da categoria na língua inglesa, Jorge considerou a carga horária dos cursos insuficiente para oferecer boa formação no idioma. Ele também não descartou a possibilidade de culpa dos controladores no acidente com o avião da Gol.

Mão Santa lê manifesto do PMDB por resgate ético das instituições

O senador Mão Santa (PMDB-PI) anunciou ontem, em Plenário, a elaboração de um manifesto assinado por vários senadores do seu partido conclamando o povo brasileiro – principalmente os jovens – a deflagrar uma campanha de resgate ético das instituições nacionais.

No manifesto, os senadores do PMDB afirmam que a campanha se faz necessária “antes que a justa indignação da sociedade se transforme em movimento de desobediência civil, estimulada pela sucessão de escândalos que afetam a legitimidade democrática do país”.



Mão Santa: partido faz apelo especial aos jovens brasileiros

Heráclito cobra explicações de Wellington Dias sobre denúncias

Heráclito Fortes (DEM-PI) cobrou do governador do Piauí, Wellington Dias, explicações à população do estado sobre seu suposto envolvimento com as irregularidades apontadas pela Operação Navalha, da Polícia Federal.

– É um fato que envergo-

nha todo o Piauí. Espero que o governador se explique de maneira convincente – disse o parlamentar.

Ao recordar casos anteriores de denúncias ocorridos no país, Heráclito Fortes constatou que “nunca se roubou tanto neste país como nos últimos anos”.



Heráclito: “Nunca se roubou tanto no país como nos últimos anos”

Virgílio quer investigação dentro da legalidade e “sem espetáculos”

Senador pede à Presidência do Senado que solicite à Polícia Federal cópias de todos os volumes do inquérito da Operação Navalha e defende a instalação de uma CPI para investigar as denúncias

Em discurso que mobilizou o Plenário do Senado por três horas, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu ontem a investigação da corrupção sem espetáculos e com respeito ao estado democrático de direito. Ele apresentou uma cópia do Inquérito 544/BA – resultante da chamada Operação Navalha da Polícia Federal e entregou em sua casa por um desconhecido – em que faltam diversas páginas e vários nomes de pessoas investigadas estavam apagados por tarjas pretas. Virgílio



Arthur Virgílio cobra respeito ao estado democrático de direito

disse que, apesar de esse expediente ser uma figura comum em processos, ficou a suspeita de que houve favorecimento.

– O primeiro envolvido tem uma tarja a lhe cobrir o nome. Eu quero saber quem é o primeiro envolvido. Quero saber, precisamente, a que nomes se referem estas tarjas pretas – frisou.

O senador pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que solicite a disponibilização, para o Congresso, de todos os volumes do inquérito – em cópias sem tarjas.

Em resposta, Renan reiterou a necessidade de se apurar a extensão dos fatos, “para inibir qualquer especulação”.

Virgílio repudiou o vazamento de trechos do inquérito para a imprensa e defendeu a instalação de CPI para investigar o caso.

Em apertes, 15 senadores de vários partidos apoiaram as observações de Arthur Virgílio. Sérgio Guerra (PSDB-PE) afirmou que “a marca deste tempo é a falta de autoridade” e que há uma desestruturação que não começou agora, mas que se agravou nos últimos anos.

– O presidente nomeia ministro sem saber a qualificação de quem está nomeando – observou.

Jarbas Vasconcelos aponta “excessos” na atuação da PF

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) manifestou ontem sua preocupação com o que considerou excessos e abusos da Polícia Federal nas operações que vem deflagrando. Ele frisou que “ninguém de bom senso é contrário à ação da PF no sentido de desbaratar e identificar quadrilhas que metem a mão no dinheiro do povo”, observando, no entanto, que, com “expedientes e comportamento acima da lei”, a instituição irá contribuir para a instalação de um estado policial no Brasil.

O senador condenou as prisões com algemas, feitas durante a madrugada, a exibição de “ações espetaculosas”, mostradas pela televisão, e “vazamentos a



Jarbas Vasconcelos critica “ações espetaculosas” mostradas na TV

conta-gotas, de acordo com o interesse da PF”.

Vasconcelos manifestou solidariedade ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, que criticou o vazamento de informações pela Polícia Federal sobre inquérito que tramita em segredo de Justiça. Ele recebeu apoio de Heráclito Fortes (DEM-PI) e Mão Santa (PMDB-PI).

Fotos: Rosalvo/Infra

Ideli defende atuação da Polícia Federal durante a Operação Navalha

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), rebateu críticas ao comportamento considerado impetuoso e arbitrário da Polícia Federal durante a Operação Navalha. Segundo Ideli, a PF tem cumprido com isenção sua missão de coibir a corrupção com dinheiro público, prendendo e que-

brando sigilo telefônico somente com ordem judicial da ministra do Superior Tribunal de Justiça Eliana Calmon.

– Se há vazamentos sobre os inquéritos policiais, as responsabilidades deverão ser apuradas e as providências legais tomadas. De qualquer forma, não me

lembro de apurações da Polícia Federal, em décadas de República, que tenham, em quatro anos, deflagrado 35 operações contra a corrupção e prendido 5.841 denunciados, dentre eles mais de mil servidores públicos e cem policiais federais – assinalou.

A senadora disse ainda

que o direito de divulgação pela imprensa é uma prerrogativa legal. Ideli Salvatti conclamou os senadores a cobrarem a agilização dos processos de corrupção “engavetados” na Justiça. Para isso, pediu apoio a projeto de sua autoria que promove alterações no Código de Processo Penal

para dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em processos de crime de responsabilidade de funcionários públicos contra a ordem pública.

– Que passem à frente de tudo, porque mexer com dinheiro público tem que ter prioridade na investigação e punição – finalizou.



Ideli ressalta que a PF deflagrou 35 operações em quatro anos



“É preciso transformar estruturas arcaicas”, afirma Marisa Serrano

Marisa pede urgência para uma ampla reforma política

Marisa Serrano (PSDB-MS) defendeu urgência para uma ampla reforma política que atenda aos anseios da sociedade de “transformar as estruturas arcaicas que corrompem diariamente a atividade política”.

A senadora disse que uma mudança profunda nas regras

do sistema político-partidário afetará positivamente outras reformas que também são necessárias ao país.

Marisa Serrano observou ainda que, embora seja de responsabilidade da própria classe política, a reforma precisa ser encaminhada “sem corporativismo”.

Renan nega que tenha criticado investigações sobre o esquema

O presidente do Senado, Renan Calheiros, negou ontem, em entrevista, que tenha criticado o trabalho que a Polícia Federal vem desenvolvendo nas investigações de suposto esquema de desvio de recursos. Ele lembrou que, desde a divulgação da Operação Navalha, tem repe-

tido que é necessário o aprofundamento das apurações para inibir a especulação.

Já no Plenário, presidindo a sessão, durante pronunciamento de Arthur Virgílio, Renan reiterou que o mais importante no momento é investigar. O senador acrescentou que uma CPI deverá

ser criada, se for necessário, para que o país tenha todas as respostas a respeito daquela operação.

Em outra entrevista, Renan Calheiros afirmou que todos os investimentos que pediu para seu estado, Alagoas, “foram solicitados pelos governadores do estado, independentemente de partido. Fiz isso com muita satisfação e vou continuar fazendo”, assinalou.

Jane Araújo



Seminário sobre telecentros acontece no Auditório Petrônio Portela, no Senado, até hoje

Computador pode ser instrumento de integração social, diz terapeuta

Os telecentros devem ser preparados para atender – além das pessoas com deficiências mentais, físicas e motoras – as com dificuldades sociais como analfabetos, moradores de rua e delinquentes. É o que afirmou a terapeuta Ivalda Gomes, em palestra no seminário sobre a metodologia de atendimento e acesso de pessoas com deficiência em telecentros.

O evento – que começou ontem e termina hoje – está sendo promovido, no Senado, pelo Programa Acessibilidade Brasil e pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Telecentros são espaços onde a população carente pode utilizar computadores e acessar a internet. Um dos principais objetivos do seminário é discutir ações que possi-

bilitem às pessoas com deficiência acesso às informações disponíveis na internet e aos bancos de dados da rede para sua inclusão no mercado de trabalho.

Ivalda relatou a experiência do telecentro de Taguatinga (DF), onde, das 12 mil pessoas atendidas em 2006, quatro mil tinham algum grau de deficiência, informou a terapeuta.

Com 25 computadores em funcionamento, o telecentro de Taguatinga é projeto-piloto desenvolvido com recursos do Ministério do Trabalho. Os jogos criados para treinar pessoas com deficiência no uso do computador foram concebidos, confeccionados e testados pelos instrutores no local.

Subcomissão de Informática terá inclusão digital como prioridade

A Subcomissão de Serviços de Informática – criada em março no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Serviços de Informática (CCT) – abriu ontem seus trabalhos com a eleição do presidente, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), e do vice, Renato Casagrande (PSB-ES), escolhidos por unanimidade. Segundo Azeredo, que também é autor do requerimento que deu origem à subcomissão, a prioridade na pauta do colegiado será a questão da inclusão digital.

– Temos que levar os computadores até as escolas públicas

de todo o Brasil, até as cidades mais pobres. Hoje, os alunos com melhores condições financeiras contam com o auxílio do computador em seu aprendizado, o que os torna mais aptos a enfrentarem a vida profissional – disse.

A subcomissão é composta por cinco titulares e cinco suplentes. Também fazem parte do colegiado Flávio Arns (PT-PR), Valter Pereira (PMDB-MS), Demostenes Torres (DEM-GO), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Expedito Júnior (PR-RO), Gilvam Borges (PMDB-AP), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Cícero Lucena (PSDB-PB).

Márcia Kalume



Azeredo (E) e Casagrande foram eleitos ontem presidente e vice do colegiado

Série de audiências públicas para instruir a votação de projetos que tratam de políticas públicas de saúde será realizada em decorrência da aprovação de requerimento de Flávio Arns

Comissões debatem restrição na oferta de remédios caros pelo SUS

As comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS) vão realizar uma série de audiências conjuntas para debater projetos em tramitação no Senado que tratam de políticas públicas de atenção à saúde, em especial no que se refere à restrição na oferta de medicamentos de alto custo pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O requerimento para a realização dos debates, de autoria de Flávio Arns (PT-PR), foi aprovado ontem na CDH.

Um dos principais projetos que os senadores pretendem debater nas audiências é o PLS 219/07, de Tião Viana (PT-AC), que dispõe sobre a oferta de procedimentos terapêuticos e a distribuição de medicamentos pelo SUS. Pela proposta, que está sendo relatada na CAS por Paulo Paim (PT-RS) – presidente da CDH –, a obrigatoriedade do SUS em fornecer medicamentos fica limitada ao cumprimento de protocolos clínicos com base nas diretrizes elaboradas pelo Ministério da Saúde.

Durante a reunião de ontem, Arns disse que coordenou infor-



Na CDH: Flávio Arns (E), Mesquita Júnior, Patrícia Saboya, César Borges e Romeu Tuma

malmente um grupo de trabalho para estudar a questão da suspensão da distribuição de medicamentos de uso continuado por secretarias de saúde estaduais. O senador afirmou que também tratou do assunto com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

– O argumento de não ter dinheiro não cabe, pois a CPMF [Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira] foi criada para a saúde e arrecada em torno de quarenta bilhões de reais – ressaltou.

Patrícia Saboya (PSB-CE), que

preside a CAS e é membro da CDH, e César Borges (DEM-BA) argumentaram ser lamentável interromper um tratamento de saúde essencial para a sobrevivência de um doente sob a alegação de que o governo não tem dinheiro para comprar o medicamento. Romeu Tuma (DEM-SP) lembrou que vários dos medicamentos contra o câncer são novos no mercado, mas as pessoas não têm tido acesso a eles. Augusto Botelho (PT-RR) sugeriu ouvir, nos debates, um representante da Sociedade Brasileira de Oncologia.

Direitos dos homossexuais serão tema de nova reunião

A Comissão de Direitos Humanos vai realizar mais uma audiência para debater o projeto que torna crime a discriminação contra homossexuais. A realização do debate foi requerida por Eduardo Suplicy (PT-SP) e Flávio Arns, que querem ouvir o Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre a proposição (PLC 122/06).

Deve ser convidado para a reunião o vice-procurador-geral do Trabalho e responsável pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidade e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), Otávio Brito Lopes.

A Coordigualdade é um órgão criado pelo MPT para promover a igualdade de oportunidades e o pleno exercício da cidadania em relação à admissão e demissão no emprego, bem como nas relações no curso do contrato.

Duas sugestões legislativas são rejeitadas pela CDH

Duas sugestões legislativas enviadas pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (Condesesul), em Minas Gerais, foram rejeitadas ontem pela CDH.

Ao apresentar parecer pelo arquivamento da primeira sugestão (9/07), que pedia a regulamentação da possibilidade de perda de bem móvel por abandono ou ausência de função social, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) afirmou que a proposta tem vários vícios e que, se a sugestão fosse aprovada, o risco da generalidade seria evidente, pois nem todos os bens móveis sem destino estão, necessariamente, abandonados.

A segunda sugestão do Condesesul (7/07), para a elaboração de um projeto de lei com o objetivo de criar requisitos para o precatório, foi rejeitada porque, de acordo com a relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), é direito do credor ceder o seu crédito.

Patrícia propõe discussão sobre crise do Incor-DF

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou requerimento de Patrícia Saboya para a realização de audiência pública destinada a debater a crise em que se encontra o Instituto do Coração do Distrito Federal (Incor-DF).

O hospital é administrado pela Fundação Zerbini, responsável pelo Incor de São Paulo. A audiência será realizada na próxima quarta-feira, a partir das 12h.



Patrícia enfatiza a relevância do atendimento prestado pelo instituto

J. Freitas

Jane Araújo

Senadores participam da assinatura de medida provisória que prevê indenização mensal de R\$ 750. Estimativa é de que 3 mil pessoas sejam beneficiadas a partir deste ano

Editada MP que concede pensão vitalícia a ex-internos hansenianos

Os senadores petistas Tião Viana (AC), Eduardo Suplicy (SP) e Ideli Salvatti (SC) participaram ontem, no Palácio do Planalto, da assinatura da medida provisória (MP) destinada a conceder pensão indenizatória para portadores de hanseníase que tenham sido submetidos até dezembro de 1976 a isolamento e internação compulsórios.

Em seu discurso, o presidente Lula afirmou que essa pensão, de caráter vitalício, pessoal e intransferível, vai beneficiar cerca de 3 mil ex-internos, que passarão a receber R\$ 750 por mês a partir deste ano.

A iniciativa do governo de editar a MP inspirou-se em projeto de Tião Viana, já aprovado no Senado, mas que ainda aguarda votação na Câmara.



Viana (E), José Gomes Temporão, José Alencar, Lula e Arlindo Chinaglia no Palácio do Planalto

A proposta (PLS 206/06) prevê pensão de R\$ 700 a fim de indenizar pessoas com hanseníase que viveram isoladas e internadas compulsoriamente em colônias segregacionistas em todo o Brasil. Conforme o senador, o governo japonês foi pioneiro ao estabelecer indenização para as pessoas com hanseníase que sofreram reclusão compulsória por motivos sanitários.

A assinatura da medida foi marcada

por relatos emocionados de brasileiros que viveram nessas colônias e que manifestaram gratidão ao presidente Lula por ter sido o único governante a propiciar esse benefício. Tião Viana foi intensamente aplaudido durante a cerimônia.

O valor da pensão será pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e não impede o recebimento de qualquer outro benefício previdenciário. O Ministério da Saúde vai implementar ações específicas para essas pessoas, a fim de lhes garantir órteses, próteses, intervenções cirúrgicas e assistência por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), em conjunto com os sistemas de saúde estaduais e municipais.

Tião Viana: gesto consagra feição humanitária do Estado

Tião Viana destacou em Plenário o gesto humanitário do governo do presidente Lula ao assinar a medida provisória autorizando o pagamento de pensão vitalícia para os portadores de hanseníase que viveram confinados em hospitais-colônia entre 1959 e 1976. Ele classificou a solenidade de assinatura da MP, realizada ontem no Palácio do Planalto, como “um momento especial que consagrou a feição humanitária do Estado brasileiro”.

O senador relembrou relatos emocionados de hansenianos que foram

retirados do convívio social pela polícia sanitária – alguns ainda crianças – e internados compulsoriamente em colônias de isolamento. Segundo assinalou, o Brasil é o segundo país – o primeiro foi o Japão – a reconhecer a necessidade de reparação a essas vítimas da doença.

– É a história da luta de um povo que viveu um verdadeiro holocausto em relação a preconceito e discriminação – observou.

Na justificativa ao projeto de sua autoria sobre o assunto, Tião Viana ex-

plica que o valor proposto de R\$ 700 – o equivalente na época da iniciativa a dois salários mínimos – não pode ser vinculado ao piso nacional por essa prática ser vedada pela Constituição federal.

Em apartes, os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Mão Santa (PMDB-PI), Ideli Salvatti (PT-SC), Sibá Machado (PT-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Magno Malta (PR-ES) enaltecem a decisão do governo brasileiro de indenizar esses hansenianos.

Sibá Machado defende criação do Instituto Chico Mendes

Sibá Machado (PT-AC) disse que a medida provisória que cria o Instituto Chico Mendes não fere nenhuma prerrogativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Desde 14 de maio, os servidores da instituição estão em greve contra a MP, editada sob o número 366/07 e em tramitação na Câmara dos Deputados.

O senador explicou que o Instituto Chico Mendes cuidará das unidades de conservação do país. Essa atribuição era do Ibama, que manterá as prerrogativas de fiscalização ambiental e gerenciamento

de licenciamentos ambientais, entre outras. Para Sibá, a medida é uma “melhoria administrativa de gestão e de serviços de campo” da área ambiental do governo federal.

O parlamentar pediu compreensão dos servidores do Ibama em greve e garantiu que a MP não vai prejudicar nem enfraquecer o órgão. Ele aproveitou para agradecer o prêmio que recebeu da organização não-governamental SOS Mata



Novo órgão cuidará das unidades de conservação, explica Sibá

Atlântica, destinado a pessoas e entidades que lutam pela preservação dos 7% de cobertura vegetal original do bioma ainda existentes. O evento ocorreu na última quarta-feira, em Porto Alegre.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (DEM-SP) disse concordar com a necessidade de preservação do que resta da Mata Atlântica e elogiou o colega pelo prêmio recebido.

Brasil vive num “cipocal de normas legais”, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, abriu na manhã de ontem o Seminário sobre Direito e Economia no Legislativo, dizendo que o Brasil vive num verdadeiro cipocal de normas legais, quando o que o cidadão deseja são leis eficientes que atendam de fato às demandas sociais e que promovam o bem-estar geral da população, a solução dos conflitos e o desenvolvimento econômico. Ele enumerou vários defeitos do acúmulo de leis.

– A excessiva normatização gera incertezas para os agentes econômicos e tomadores de decisão, além de, muitas vezes, remeter para a arena do Judiciário questões que deveriam ser resolvidas de acordo com as leis do mercado e conforme os contratos pactuados – assinalou Renan.

Para o senador, um dos mecanismos mais eficientes

para resolver esse excesso de normas é a aplicação de ferramentas e de métodos que vão da Economia ao Direito, incluído aí o processo legislativo. Ele anunciou que o Senado está promovendo mudanças no Regimento Interno para dar mais racionalidade à tramitação das leis.

Renan Calheiros pediu que os participantes do seminário debatam o impacto futuro das legislações, a fim de que a lei hoje criada tenha equilíbrio suficiente para não sacrificar as gerações vindouras.

O evento é uma parceria entre a Associação Latino-Americana e do Caribe de Direito e Economia (Alacde), o Centro Latino-Americano e do Caribe de Direito e Economia (Clacde), a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência do Senado Federal e o Interlegis.



Renan Calheiros (D) participa de seminário, ao lado de Aloizio Mercadante

Evento discute relação entre lei e mercado de trabalho

A relação entre lei e mercado de trabalho em uma sociedade democrática foi o tema principal do Seminário sobre Direito e Economia no Legislativo, na tarde de ontem, em uma série de palestras sobre Direito e Desenvolvimento. Participaram do evento professores universitários e consultores legislativos.

Para Robert Cooter, professor de Direito da Universidade da Califórnia, o crescimento econômico tem de ser acompanhado por um sistema de leis que proteja os direitos de propriedade, promovendo o incentivo à inovação. Já a professora de Direito da Universidade de São Paulo

(USP) Rachel Sztajn disse que o Estado brasileiro adota um modelo paternalista e ineficiente, e não incentiva a participação da iniciativa privada na economia.

O professor da Universidade de Amsterdã, Florêncio Lopez, criticou as leis trabalhistas do Brasil e de outros países da América Latina, que, segundo ele, “protegem os trabalhadores sindicalizados e prejudicam os jovens desempregados”.

Os consultores legislativos Joannis Brito Gonçalves e Fábio Gondim abordaram, respectivamente, o papel do Poder Legislativo na área de segurança nacional e a perspectiva histórica do orçamento no Brasil.



Para Camata, guerra racial no Recôncavo Baiano é iminente

Camata vê fraude em regularização de quilombo

Com base em denúncia feita pelo Jornal Nacional, da TV Globo, sobre fraude no reconhecimento de áreas tidas como remanescentes de quilombos no Recôncavo Baiano, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) alertou para o que classificou como uma guerra racial iminente, que pode atingir diversos estados. Ele assinalou que o pedido de reconhecimento do povoado de São Francisco do Paraguaçu, no município de Cachoeira, foi fraudado, tendo sido utilizadas assinaturas de pescadores colhidas para um pedido de financiamento de embarcações.

– A reportagem mostrou o espanto dos pescadores quando viram seus nomes associados a esse pedido, quando, na verdade, estavam ouvindo falar em quilombo pela primeira vez na vida – disse o senador.

Camata informou que somente na Bahia já são 450 comunidades identificadas como remanescentes de quilombos, somando-se a outras 330 no Pará e 45 no Espírito Santo. Ele relatou que a Fundação Palmares, a quem cabe a certificação das pretensões das comunidades que querem ser reconhecidas como remanescentes de quilombos, aceitou o pedido com base exclusivamente nas alegações do documento fraudado.

– Não houve desapropriações nem indenizações. No entanto, algumas propriedades já foram invadidas. Na área pretendida pelos pretensos descendentes de quilombolas estão os últimos fragmentos de Mata Atlântica do Recôncavo Baiano. Não durarão muito mais, se continuar sua depredação – frisou.

Autor de proposta de audiência com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Heráclito questiona a desinformação do governo sobre a movimentação dos militantes que ocuparam a hidrelétrica

General Félix será convidado a falar sobre a invasão da usina de Tucuruí

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, será convidado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a falar sobre a invasão da hidrelétrica de Tucuruí (PA), ocorrida na quarta-feira. Requerimento nesse sentido, apresentado pelo presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), foi aprovado ontem pelo colegiado.

A hidrelétrica foi invadida por cerca de 600 militantes ligados ao Movimento dos Atingidos por Barragens, com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Via Campesina. Os militantes quebraram vidraças e ocuparam a sala de controle da usina, com o objetivo de divulgar as condições em que vivem os camponeses afastados de suas terras para a formação do lago de Tucuruí.

– A mobilização de 600 homens, como ocorreu em Tucuruí, não acontece sem o conhecimento de outras pessoas. Causa espécie a ausência de informação por parte do governo – observou Heráclito.

O presidente da CRE anunciou ainda sua intenção de convocar uma reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência para debater o tema. Esse órgão é composto por líderes da Câmara e do Senado, além dos presidentes das comissões de Relações Exteriores e

Defesa Nacional das duas Casas.

Quatro outros requerimentos foram aprovados ontem pela CRE. O primeiro, do senador Renato Casagrande (PSB-ES), sugere a apresentação de voto de congratulações ao povo do Timor Leste pelas recentes eleições no país. O segundo, do senador César Borges (DEM-BA), determina a realização de audiência pública – com a presença do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim – a respeito da disputa entre o Brasil e a União Europeia sobre a importação de pneus usados.

Amorim e o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, serão convidados a participar da outra audiência, sugerida por Arthur Virgílio (PSDB-AM), que debaterá a venda, pela estatal, de duas refinarias na Bolívia. A pedido de Eduardo Suplicy (PT-SP), a reunião será em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O último requerimento, de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), pede que se envie um apelo ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez, para que seja mantida em funcionamento a rede privada de televisão RCTV. A comissão acolheu ainda projeto que aprova o Acordo de Regularização Migratória, entre o Brasil e o Suriname.

Heráclito critica governo por falhas na segurança



Heráclito Fortes

Heráclito Fortes disse lamentar que a invasão da hidrelétrica de Tucuruí tenha pego o governo federal de surpresa, “apesar dos elevados gastos” com a área de segurança. O parlamentar lembrou que a cidade de Tucuruí tem cerca de 50 mil

habitantes, afirmando que seria impossível não ver a chegada de 600 invasores.

– Ou será que as autoridades negligenciaram algum aviso de pessoas subalternas? É curiosa essa incompetência para prever a invasão – criticou.

O senador solidarizou-se com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, que desabafou, em entrevista à imprensa, contra a Polícia Federal, por liberar informações sobre a Operação Navalha que afetariam a imagem do Judiciário.

Infra-Estrutura aprova debate sobre bloqueador de celular

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vai debater no dia 20 de junho o projeto de lei que determina a instalação de bloqueadores de sinais de celulares em penitenciárias estaduais e federais (PLS 137/06). O requerimento para a realização da audiência pública, de autoria do senador Demostenes Torres (DEM-GO), foi acolhido ontem pela CI.

A comissão também aprovou a realização de seminário sobre a importância do setor de carvão mineral na matriz energética do país. O presidente do colegiado, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), é o autor do requerimento com esse objetivo. Entre os itens que podem ser tratados no encontro, estão o uso do carvão mineral em usinas termelétricas e a difusão de tecnologias limpas.

Adelmir pede o fortalecimento do Sistema “S” na educação técnica

O Sistema “S” – integrado, entre outros, pelo Serviço Social do Comércio (Sesc), Serviço Nacional da Indústria (Senai), Serviço Nacional do Comércio (Senac) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – deve ser fortalecido e tratado como parceiro para o incremento da educação técnica no Brasil. Foi o que defendeu ontem Adelmir Santana (DEM-DF).

O senador criticou declaração dada ao jornal Valor Econômico pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, sugerindo que essas instituições destinem 30% de suas



Adelmir aponta redução de repasse de verbas ao Sistema “S”

verbas a cursos gratuitos.

– Se buscamos um novo paradigma para o ensino brasileiro, não é o momento de enfraquecermos o Sistema “S” – disse ele, que preside o Conselho Regional do Senac-DF.

Adelmir destacou que somente o Senac já formou mais de 45 milhões de brasileiros e está presente em cerca de 2.500 municípios do país. Ele afirmou, no entanto, que os repasses dos ministérios da Educação e do Trabalho para as entidades vêm diminuindo, em relação ao produto interno bruto (PIB) brasileiro.



Para Meirelles, os juros vêm caindo de forma consistente

Queda do dólar é fenômeno global, afirma Meirelles

Durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, defendeu a política cambial do país e procurou demonstrar os ganhos obtidos com o câmbio flutuante. Diante de cobranças dos parlamentares por soluções para conter a valorização do real, Meirelles enfatizou que a desvalorização do dólar não ocorre somente no Brasil, sendo um fenômeno global, associado à crise na balança comercial dos Estados Unidos.

De acordo com o presidente do BC, o regime cambial é um dos ingredientes do conjunto de políticas que, no seu entendimento, explicam a boa fase da economia. Ele observou que as exportações continuam demonstrando dinamismo e que a balança comercial deve fechar este ano com superávit em torno de US\$ 47 bilhões.

Juros

Outro foco das críticas foram os juros praticados no país. Os parlamentares cobraram uma redução mais rápida da taxa Selic, hoje situada em 12,5% ao ano. Em resposta, Meirelles afirmou que os juros têm caído de forma consistente desde que ele chegou ao BC. A estabilidade, disse, explica a melhora de todos os indicadores da economia, como a queda do risco país e, em consequência, a redução dos custos de financiamento.

A audiência foi realizada em conjunto com as comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, além de comissões da Câmara dos Deputados.

Debatedores apontam medidas para aprimorar ensino, criticam proposta de dividir o MEC e divergem sobre tempo integral

Jovem de hoje não gosta de ler, afirma presidente da Ubes

Os jovens de hoje não gostam de ler nem de frequentar as escolas, pois acham que nelas só há obrigações a cumprir; e consideram as relações com os professores e diretores muito autoritárias e antidemocráticas. A afirmação foi feita, na audiência promovida pela Comissão de Educação, por Thiago Franco Batista de Oliveira, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).

– É preciso vencer esses problemas. Minha geração também não gosta de ler. Acha que ler é uma coisa careta, coisa de nerd, de CDF. Precisamos vencer essa barreira.

Desestímulo

Thiago observou que os estudantes, hoje, vêm seus familiares, muitas vezes com vários cursos, não encontram emprego, o que os desestimula ainda mais a estudar. Disse também que ninguém quer ser professor nem educador no Brasil.

O representante da Ubes defendeu melhorias nas políticas públicas e frisou que uma educação de qualidade para o aluno não é somente o fato de este passar no vestibular e ter acesso a uma universidade. Para ele, o acesso à universidade é uma das possibilidades na melhoria da educação.

Ao defender o tempo integral, Thiago ressaltou que a medida deve vir acompanhada de atividades culturais e poliesportivas. Ele entregou à CE um documento da Ubes contendo propostas para melhorias na educação.

Como as demais propostas feitas pelos palestrantes da comissão, o documento foi recebido pelo presidente em exercício da comissão, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), e por Flávio Arns (PT-PR), que presidiu a segunda parte da audiência.

Os senadores da CE informaram que as propostas serão consolidadas num documento a ser enviado ao ministro da Educação e ao presidente Lula.

Mão-de-obra qualificada depende de melhor educação, dizem especialistas

O país não terá mão-de-obra qualificada e suficiente para atender a demanda de trabalho que haverá a partir de um crescimento econômico de 5% ao ano – meta do governo –, pois faltam políticas de educação adequadas para suprir carências que vão desde o ensino básico até o universitário. Essa

afirmação foi feita ontem, em debate na Comissão de Educação (CE), pelo presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Abib Salim Cury.

Cury participou com outros quatro convidados da segunda audiência pública da CE com o objetivo de debater propostas para o setor educacional brasileiro e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Tempo integral

Abib Cury defendeu a padronização do ensino fundamental no país e a criação de um curso de mestrado profissional em educação, com o objetivo de formar mestres em gestão na área de Pedagogia. Sobre a adoção do tempo integral nas escolas públicas, ele considerou difícil a implementação da medida no país.

Senadoras defendem mais recursos e atenção às creches

As senadoras Marisa Serrano (PSDB-MS) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defenderam mais recursos e atenção do governo para as creches e pré-escolas, durante audiência pública realizada pela Comissão de Educação.

Em sua intervenção, Rosalba Ciarlini afirmou que é preciso dar mais importância para as creches e pré-escolas, “pois hoje as mães precisam trabalhar e as crianças necessitam de educação infantil muito cedo”.

Essa educação, observou Rosalba, precisa ser bem feita, com apoio psicológico, nutricional, orientação educacional apropriada e outras tantas medidas necessárias para apoiar a criança nessa idade.

– Se não corrigirmos as distorções e os erros na largada, ou seja, nas creches e no ensino infantil, não chegaremos ao final. Defendo o ensino infantil para que possamos fazer as correções do ensino fundamental, médio e universitário – disse Rosalba.

A senadora defendeu ainda maior



Moura e Castro (E), Zambiasi (presidindo a reunião), Roberto Dornas, Cury e Thiago Oliveira

Por sua vez, Arquimedes Diógenes Ciloni, presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), sugeriu um plano de carreira dos professores para que as escolas possam ter melhor qualidade. Quanto ao horário integral, disse que a medida “está muito longe de nossa realidade”. Ciloni também se manifestou contra a proposta de dividir o Ministério da Educação em dois, de modo a criar uma pasta para a educação básica.

Cláudio Moura e Castro, especialista em educação, também se posicionou contra a divisão do MEC, com o argumento de que um Ministério da Educação Básica ficaria enfraquecido politicamente. O ensino básico, frisou, deve ser fortalecido, e a receita para uma boa educação básica, obser-

número de professores de nível superior bem preparados para atuar no ensino básico, observando que é uma vergonha existirem 55% de alunos que não sabem ler na quarta série.

Para haver transformações sociais reais no país é preciso educação, completou Rosalba, para quem ainda existem muitos doutores que sabem ler mas que, muitas vezes, não sabem escrever direito.

Gargalo

Já Marisa Serrano ressaltou que o país não tem estrutura efetiva para atender a população até três anos de idade, e considerou esse fato um dos gargalos na educação brasileira.

A senadora observou que o ensino médio é outro gargalo na educação do país, alertando que é necessário adotar políticas para fazer com que os jovens permaneçam nas escolas. Sobre educação profissional, a senadora por Mato Grosso do Sul disse que é necessário dar apoio às escolas técnicas e que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) deve levar essa

medida em consideração.

Marisa também defendeu a adaptação dos currículos das universidades para a formação dos professores e a atividade dos cursos de extensão.

Marginalidade

Outro que elogiou o PDE foi Roberto Geraldo de Paiva Dornas, presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. Ele destacou a importância da educação básica.

– Na hora em que a educação básica for bem feita, com uma alfabetização para valer, teremos um aluno preparado para a vida profissional – afirmou Dornas, que também defendeu uma pequena reforma na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o aumento da carga horária na escola pública para que a criança seja afastada das ruas e da marginalidade.

Exclusão

Já o senador Wilson Matos (PSDB-PR) salientou na audiência pública que “a escola, como está, é um projeto de exclusão social, principalmente a escola básica”. Ele defendeu o aumento da carga horária, para que o aluno permaneça mais 35% de tempo na escola.

A medida, de acordo com Wilson Matos, incluiria o fim de “emenda de feriados” ou feriados prolongados e da chamada “semana de saco cheio”. Esses feriados prolongados, argumentou o parlamentar, custam caro ao governo e trazem prejuízos educacionais para os alunos.

Conforme o senador, as atuais quatro horas diárias de aula deveriam ser aumentadas para cinco horas, que seriam complementadas com atividades de música e esportes.

Exposição sobre as Constituições retrata o Brasil

Está aberta no Salão Negro do Congresso a exposição As Constituições Brasileiras, que marca os 200 anos da independência do Poder Judiciário. Composta de três partes, a mostra está dividida entre os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário. Duas partes foram montadas no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Palácio do Planalto e a terceira, no Congresso.

A primeira parte da mostra, no STF, abriga as constituições de 1824 e 1891, marcos divisórios do período imperial e republicano. Na segunda parte, no Planalto, estão expostos os textos de 1934, período democrático; 1937, regime ditatorial; e 1967, novo período ditatorial, acentuado pela Emenda de 1969, que introduziu as determinações do AI-5.

Na exposição que se encontra no Congresso podem ser vistas as Constituições de 1946, período democrático do governo Vargas, e a de 1988, chamada de Constituição “Cidadã”.

Cada Constituição é acompanhada de obras de arte do período em que foi publicada, especialmente artes plásticas. Na parte relativa à Constituição de 1946 predominam obras abstracionistas de pintores famosos. A exposição apresenta ainda maquetes como a do Edifício Copam, em São Paulo, projetado por Oscar Niemeyer.

Um objeto bastante representativo do período é a Romizeta, carro fabricado em São Paulo, em 1957, que representa o boom da industrialização do Brasil, comumente associado ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Constituição “Cidadã”

Para representar a redemocratização do país, painéis fotográficos explicam por que a Constituição de 1988 recebeu o apelido de “Cidadã”. Estão retratados o movimento Diretas Já, com a multidão na Praça da Sé, em São Paulo, o “Senhor Diretas Já”, Ulysses Guimarães, e fotos do momento em que a Carta Magna foi promulgada.